



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 16 - 2017/2021

Data da Sessão: 30 de Junho de 2020

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 13:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vitor Manuel Machado Gonçalves, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Otávio Eusébio Rosa, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, António Vicente Alves Reis, Carlos Alberto Farinha Leitão, Augusto Alves Martins, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: Vera Lúcia Marques da Silva, Luís Filipe Aparício Lopes e Nuno Gonçalo Silva Bragança

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 16 - 2017/2021

30 de junho de 2020

-----INICIO-----

--- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga.**
- 3) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Cardigos (Cemitério).**
- 4) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Cardigos (Assalto Junta de Freguesia).**

Nesta sessão faltaram a vogal Vera Lúcia Marques da Silva que justificou a sua falta em devido tempo, tendo sido substituída pelo vogal Otávio Eusébio Rosa. Faltou ainda o vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Amêndoa, Luís Filipe Aparício Lopes, e o vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro que se fez representar pelo vogal Augusto Alves Martins.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de 30 de abril de 2020 que, colocada à votação foi aprovada

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal João Filipe iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara e todos os maçaenses pelo facto de, no concurso das 7 Maravilhas da Cultura Popular, termos conseguido ter duas candidaturas apuradas para a final distrital, as “Velas de Cardigos” e o “Picareto de Ortiga” e apela, de coração, que todos nós, naturais e amigos, residente ou não no concelho de Mação, votemos nestas duas “maravilhas” do nosso concelho para que as mesmas passem à fase seguinte do referido concurso, prescindindo de um cafezinho por dia mas mostrando que estamos “vivos”, que aquilo que temos é muito valioso e que esta é uma forma de levarmos a imagem das nossas gentes e da sua

habilidade, bem longe, para todo o país. Termina deixando o desafio a todos os maçaenses em geral para que votemos todos nas nossas “Maravilhas”.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que teve a informação, através da leitura da acta da sessão anterior, que os trabalhos nos arruamentos de Carvoeiro estão praticamente concluídos e deixa uma palavra de satisfação por esse facto. Mais refere que, relativamente a este assunto, da última vez que esteve em Carvoeiro verificou que, na descida em frende do Centro de Dia, as águas pluviais que passam com muita força naquele local, levam a areia existente entre os paralelos, verificando-se que, em alguns locais está já muito escavado entre os paralelos por esse motivo. Deixa uma chamada de atenção à Câmara para a situação que descreveu para que a mesma possa ser retificada.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção solicitando informação sobre os pedidos de informação que fez em sessões anteriores e sobre os quais ainda não teve resposta. Continua referindo que habita num edifício com condomínio e o mesmo tem contador de água e, relativamente às faturas do mesmo informa que, em 2020 se verificou um aumento significativo comparativamente com 2019 e agora, a fatura de junho apresentou um valor de cerca do dobro da anterior e solicita informação para este facto. Ainda relativamente ao consumo de água, solicita informação sobre se, com a Tejo Ambiente haverá manutenção do desconto de 25% para as pessoas com mais de 65 anos. Termina a sua intervenção referindo que, há pouco tempo esteve na ponte romana existente entre a povoação de Ladeira e de S. Pedro de Esteval e questiona se já foi equacionada a possibilidade de alguma intervenção naquela ponte, que está algo degradada.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção referindo que foi aberto procedimento há pouco tempo para fornecimento de gás para os depósitos existentes, nomeadamente um que estaria junto ao Campo de Futebol mas passou no local e o referido depósito não se encontra no local habitual e solicita informação sobre este assunto. Continua a sua intervenção referindo que teve conhecimento que terá havido um problema com a limpeza de um estradão em São José das Matas que terá provocado o descarrilamento de um comboio naquela linha e solicita informação sobre a veracidade desta informação e sobre o que, efetivamente, se passou. Continua referindo que visitou o Jardim Municipal, esta semana, e ficou triste ao verificar que as placas não estão fixas, são pesadas e se caírem em cima de alguém podem provocar problemas graves. Deixa o alerta para que sejam revistas as fixações das referidas placas. Continua referindo que

tem acompanhado as obras que estão a ser realizadas na Praia Fluvial de Carvoeiro e como se aproxima o início da época balnear solicita informação sobre a referida intervenção, se a mesma se encontra concluída ou o que falta fazer naquele local.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que traz informação de alguns problemas que estão a afetar a vida das pessoas na União de Freguesias e que está convicto que, tendo conhecimento dos mesmos, a Câmara tudo fará para os resolver. Refere que o primeiro se prende com a recolha de lixo que, desde o princípio do mês está a ser feita por uma nova empresa intermunicipal e que no passado quando a recolha era responsabilidade da Câmara Municipal, existiram aqui e ali alguns problemas mas que, com o contributo de todos, foram resolvidos e, à parte da limpeza dos contentores, o serviço que era feito servia os interesses da população pois a recolha era feita com regularidade e as pessoas sabiam quais os dias em que a mesma era feita e assim colocavam o lixo nesse dia ou no dia antes, o que ajudava a não haver detritos na via pública e, neste momento verificam-se problemas por todo o lado. Refere que compreende que é uma empresa nova, sem experiência, que terá de afinar os procedimentos, mas teve relatos de que, na semana passada não foi feita recolha de lixo em algumas aldeias, que continua por fazer, existem contentores completamente cheios, a deitar por fora, havendo ainda a registar que, quando passam, não têm horários nem dias definidos, impossibilitando que as pessoas de gerir a colocação do lixo nos contentores e assim darem também o seu contributo positivo neste serviço, evitando acumulação de lixo na via pública. Deixa o apelo para que se tente afinar os procedimentos de forma a melhorar a salubridade do concelho e todos podermos contribuir para esse fim. Continua referindo que, relativamente à limpeza de arruamentos que é realizada na União de Freguesias, a mesma não serve genericamente a população porque as ervas são cortadas e são deixadas aos montinhos até que o vento as separe e os semidouros e aquedutos não são limpos pela equipa que corta as ervas. Assim, informa que existem uma série de aquedutos e semidouros que carecem dessa limpeza, e as ruas também necessitam de ser limpas de terras e areias e não só das ervas cortadas. Deixa o alerta à Câmara para esta situação.

Termina a sua intervenção referindo o Projeto Piloto para reflorestação que está a ser desenvolvido com os concelhos de Sertã e Vila de Rei, que foi apresentado na sessão de fevereiro como algo de muito bom que poderia acontecer para o concelho de Mação e sobre a qual se colocou a hipótese de se realizar uma sessão extraordinária desta Assembleia Municipal para apresentação de proposta da Câmara e andamento dos

trabalhos. Refere que, obviamente, a situação do país relativamente à pandemia covid 19 veio impossibilitar muitas coisas, inclusivamente a realização dessa sessão e o assunto teve mesmo de avançar e, neste sentido, gostaria que esta Assembleia fosse informada sobre o ponto de situação atual desse assunto e em que ponto se encontra todo este processo, e deixa a indicação que a bancada do PS gostaria de, neste âmbito, poder também dar os seus contributos e as suas ideias.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção salientando a forma como o concelho de Mação, a Câmara, as IPSS e as pessoas enfrentaram este problema da pandemia. E sobre esta matéria refere que gostaria de lembrar mais uma vez que foram também as Câmara deste país que, de alguma forma e sobretudo na área da educação que garantiram meios para que as crianças pudessem, de alguma forma acompanhar, à distância, as aulas que nunca substituirão as aulas presenciais mas puderam, de alguma forma, atenuar a falta das aulas. Continua solicitando informação sobre o comportamento do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte nos rankings nacionais que valem o que valem mas que servem de indicador uma vez que não temos outro. Continua solicitando informação sobre o ponto de situação do projeto piloto de reflorestação. Refere que tem tentado acompanhar este processo também na Assembleia da República e que tem tido oportunidade de falar com o Secretário de Estado sobre esta matéria, sente que há muito boa vontade de fazer acontecer este projeto mas começa a ouvir demasiadas contradições entre aquilo que é o discurso da prática e o que é a realidade da prática e, o primeiro sinal foi verificar que o montante que é destinado a três concelhos, afinal já vai servir para seis por isso questiona se é o mesmo montante que era para os três concelho passa a ser para seis ou se o montante foi alargado. Questiona ainda o executivo se as linhas de financiamento, os projetos excecionais e as condições excecionais estão de facto a ser criadas ou se estes concelhos, afinal, são apenas obrigados a concorrer em conjunto e a fazer trabalho em conjunto. Continua a sua intervenção solicitando informação sobre ponto de situação do processo das empresas que solicitaram licenças para plantação de cannabis no nosso concelho. Continua solicitando informação sobre ponto de situação do projeto Rotas de Mação, projeto da sociedade civil mas que contou com o apoio da Câmara e das Juntas de Freguesia. Refere que, relativamente a este projeto, todos conhecemos muito do concelho mas reconhece que somos sempre confrontados com algumas imagens de locais que não conhecíamos e há verdadeiros tesouros que Mação tem e que, salvo raras exceções, nem todos conhecíamos e isso é revelador da importância que tem a

sociedade civil e é a mesma que tem de agarrar esta onda, obviamente com o apoio das entidades públicas, como é o seu papel. Questiona se o concelho está preparado para tirar todo o proveito deste potencial e quantos alojamentos locais há hoje disponíveis no concelho de Mação e se os mesmos estão a aderir a este projeto.

Continua referindo que há um outro assunto que considera importante e que o Sr. Presidente, se assim o entender, poderá levar à Comunidade Intermunicipal, que é a qualidade da energia que consumimos e que pagamos. Refere que muita gente não se apercebe mas as empresas que se vêm sediar no interior, normalmente têm três tipos de problemas, um que é comum a todas que são os impostos, o outro é a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e o terceiro, que quase ninguém se apercebe que é a qualidade da energia. As pessoas não se apercebem mas uma empresa sediada em Mação paga a mesma energia que pagam em Lisboa, só que uma recebe um “ferrari” (não tem cortes) e a outra recebe um “calhambeque” (que tem micro cortes por segundo que estraga tudo o que é eletrónico). Considera que é tempo da Comunidade Intermunicipal colocar este tema na sua agenda, numa altura em que o país vai fazer uma reforma estrutural grande, não só em termos económicos mas também na própria estrutura e infraestrutura do país e esta é a oportunidade de o fazer porque há financiamento para isso. Refere que se fala de grandes planos mas uma coisa concreta que é garantir que as empresas, pelo menos nas zonas industriais, que a qualidade que é servida é “qualidade A”, chama à atenção que a Autoridade Reguladora da Energia exige que o nível de “qualidade A”(que não tem cortes) apenas para as capitais de distrito e cidades com mais de 25.000 habitantes, ou seja, no distrito de Santarém só a cidade de Santarém é que tem este nível. Considera que este é um argumento importante para a atividade das empresas e a bandeira de coesão territorial é aberrante porque não faz sentido que uma empresa que se queira instalar em Mação ou em Abrantes ou Sardoal tenha milhares de cortes de energia por semana, com os prejuízos que isso acarreta para a sua produção. Considera que este é o momento e que a Câmara municipal também pode ter aqui um papel ativo nesta matéria.

Termina a sua intervenção referindo que, relativamente ao Concurso da 7 Maravilhas, não sabe se a Câmara tem algum plano para a divulgação para levar toda a gente a votar nestas duas maravilhas do concelho de Mação, único concelho com mais do que uma na final distrital e devemos votar várias vezes nas duas pois isto é importante para divulgar o concelho.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que, relativamente aos resultados dos exames nacionais, o trabalho no Agrupamento é um trabalho gradual para chegar ao 12º ano no auge das capacidades dos alunos e, por isso os nossos resultados no ensino secundário são sempre os melhores e mais uma vez o Agrupamento ficou muito bem classificado nos rankings, quer em termos nacionais, quer em termos do distrito de Santarém, sendo uma das melhores escolas públicas e considera importante que isso seja aqui referenciado que o concelho de Mação já há uma década que aparece em lugares de destaque e se, durante décadas tínhamos vergonha dos resultados que obtínhamos, agora também devemos ter orgulho pelos resultados que vamos tendo. Deixa uma palavra de agradecimento aos profissionais que, diariamente dão tudo o que podem para que nada falte aos nossos alunos. Mais refere que, relativamente à conjuntura de pandemia que estamos a passar, durante os últimos três meses, o Agrupamento experimentou três modalidades de ensino, conforme o ano de escolaridade, conforme as disciplinas e conforme os cursos, com o modelo à distância, modelo misto e totalmente presencial, obviamente com envolvimento e resultados diferentes pois não há nada que substitua a relação de professor/aluno com a presença física, mas como não era possível, considera que, em Mação, nos “desenrascámos” muito bem. Mais refere que, com o apoio da CIMT e da Câmara, foram datados todos os alunos com o mínimo que era exigido e todos os alunos tinham equipamento para seguir acompanhar o ensino à distância, mas houve alguns problemas de capacitação para o mesmo, problema que hoje está melhor, os encarregados de educação já conseguem dar uma ajuda diferente mas nas crianças mais novas, para alguns agregados familiares não foi fácil. Termina referindo que o futuro próximo nos dirá que penalização os alunos tiveram com este problema pois no momento não é possível saber pois ainda estão a decorrer reuniões de avaliação, não só dos alunos mas também de todo o processo, sendo que, de qualquer forma, considera que os nossos alunos não saíram tão penalizados quanto podiam ter saído, com algumas exceções de alunos que poderão ser muito penalizados pois o Agrupamento muito dificilmente conseguiu interagir com as famílias. Deixa uma nota referindo que, muito do sucesso deste ensino completamente diferente se deveu muito também ao envolvimento da Câmara e da Comunidade Intermunicipal.

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Em seguida, e relativamente à intervenção do vogal João Filipe sobre as 7 Maravilhas, deixa um agradecimento a toda a equipa da Câmara que teve a ideia, teve a ousadia,

trabalhou muito para que pudéssemos apresentar sete candidaturas, trabalhou muito para que duas delas pudessem passar à fase da final distrital. Mais refere que tem havido um grande envolvimento da Câmara bem como de muitas pessoas, algumas aqui presentes que, com os seus contributos ajudaram a Câmara a intensificar as candidaturas e chegarmos agora a esta fase. Refere ainda que tem sido feito um trabalho que considera já ter valido alguma coisa e até dia 15 de julho, nesta fase, estamos com o assunto bem em cima da mesa.

Relativamente aos arruamentos de Carvoeiro, referidos pelo vogal António Cardoso Lopes, informou que já foi feita uma intervenção no sentido de resolver o problema apontado. Mais referiu que o vogal António Cardoso Lopes falava muitas vezes, e bem, na ligação Mação/Carvoeiro, que tinha vários troços em que a estrada não estava boa e hoje poderá fazer esse percurso com a estrada boa em toda a sua extensão, considerando que esta é uma boa notícia bem como que o Carvoeiro, em si, tem hoje uma dignidade que não tinha há uns tempos a esta parte.

Em relação à intervenção do vogal António Reis, apresenta as suas desculpas por ainda não terem ainda sido entregues os pedidos de informação e vai novamente desenvolver esforços nesse sentido. Relativamente ao aumento do valor da fatura da água do condomínio em 2020, informou que houve uma atualização, aprovada pela Câmara, em 2019, com incorporação nas tarifas fixas das taxas dos resíduos, que não tinha e justifica o aumento verificado e o valor mais alto da fatura de junho deveu-se ao número de dias a que a mesma se refere, que foi de quase dois meses (57 ou 58 dias), como poderá verificar na fatura. Mais refere que as tarifas fixas existem em todo o lado e em quase todos os outros concelhos, com valores superiores ao do concelho de Mação, porque o que está previsto na lei é que estes serviços, independentemente de não serem usados, há uma tarifa que tem de ser paga, que era antes a tarifa de disponibilidade pois quando chegamos a uma casa, mesmo segunda habitação, queremos ter água e saneamento a funcionar quando lá vamos e isso implica que os serviços têm de ser mantidos, independentemente de não estarem a ser usados regularmente. Mais informou que a Lei das Finanças Locais já refere, de forma muito clara que os serviços que os municípios prestam terão de ter o devido retorno financeiro na exata medida daquilo que é gasto, ou seja, as Câmara não podem subsidiar os serviços e portanto, esta é quase uma inevitabilidade, para além de que, volta a referir aquilo que já foi dito por si e que esteve na génese da adesão à empresa Tejo Ambiente, que é o facto de hoje não ser possível aceder a fundos comunitários sem ser em

intermunicipalidade e estas tarifas fixas têm a ver com aquilo que está na legislação e com a disponibilidade dos serviços. Relativamente à questão dos 25% de desconto para os maiores de 65 anos, informou que a mesma se vai manter, bem como outros benefícios que hoje estão a vigorar para a população em geral e para instituições e a Câmara irá suportar esses benefícios através de um acerto de contas entre o município e a Tejo Ambiente no final de cada mês. Relativamente à ponte que referiu, informou que não tem havido conversações nesse sentido, já houve no passado e regista como boa a sugestão do vogal António Reis até porque é efetivamente uma ponte que merece a atenção dos dois municípios pelo que agradece a recomendação.

Em relação à intervenção da vogal Carla Loureiro, agradece a referência às placas do Jardim Municipal e dará recomendações aos serviços para que verifiquem as mesmas pois já tinha sido informado de algum problema com as mesmas mas não com a gravidade referida. Em relação à limpeza do estradão, confirmou que aconteceu o problema referido que poderia ter tido maior gravidade do que a que teve e que foi provocado por um lapso do operador da máquina que estava a executar a limpeza do estradão, tendo feito que algumas pedras rolassem pela encosta e fossem ter à linha do comboio. Mais informou que, nesse mesmo dia, à noite, entrou em contacto com o Vice Presidente da empresa Infraestruturas de Portugal para, em nome da Câmara, dar a cara pelo sucedido e, a partir de agora vai-se entrar em conversações para podermos reparar o problema.

Relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins e ao indicado sobre o serviço de recolha de lixo, referiu que tem conhecimento que nem tudo tem corrido bem, tendo mesmo corrido mal nas duas primeiras semanas, não tendo ultimamente reportes sobre essa matéria e a questão da previsibilidade é algo que, seguramente, em pouco tempo, as rotas mais definidas serão estabelecidas. Mais referiu que é normal que um serviço que era feito há várias décadas de uma determinada maneira, por uma determinada entidade e agora é feito por uma nova entidade tem de ter um período de adaptação a novas realidades. Relativamente à limpeza dos arruamentos, referiu que tomou boa nota das observações do vogal José Fernando Martins e informou que tem passado por vários arruamentos e em várias localidades e tem verificado que os mesmos se encontram relativamente em bom estado e limpos mas concorda que existe a questão da limpeza dos semidouros e dos aquedutos e vai sensibilizar os responsáveis por esse trabalho para as coisas correrem melhor.

Relativamente à intervenção do vogal Duarte Marques e no que diz respeito à forma como foi enfrentado o problema da pandemia, considera que foi feito um esforço global para tentar ir respondendo às situações que foram surgindo, tentando apoiar os munícipes da forma que todos conhecem, tentando apoiar a comunidade escolar, foi feito um conjunto grande de apoios como todos sabem e, a esta altura, já foi feito um “investimento” de mais de 300.000,00€ nesta matéria. Mais referiu que a Câmara continua a acompanhar e a disponibilizar os serviços da Câmara quando necessário e tentar ser proativos e estar junto das populações sempre que seja necessário.

Quanto ao ranking do Agrupamento de Escolas, deixa uma palavra de felicitações ao mesmo pela posição muito digna que obteve nestes rankings e deseja que assim possam continuar. Relativamente às empresas com pré licenças para plantação de cannabis para fins medicinais, informou que as notícias são boas, não se verificaram atrasos devido à situação de pandemia e uma das empresas irá iniciar obra no princípio de agosto e dia 2 de julho a Câmara terá uma reunião com outra empresa que também tem pré licença para dar início ao processo da sua exploração, por isso considera que tudo está a correr conforme o previsto. Mais referiu que esta situação poderá criar um número de postos de trabalho interessante e importante para o nosso concelho. Relativamente às Rotas de Mação, considera que este é um projeto com muitas virtudes que, como já disse várias vezes, nasceu da sociedade civil e teve o apoio de várias entidades e várias pessoas e também um grande apoio do município em termos financeiros, como não poderia deixar de ser e o mesmo vem revelar o nosso território e contribuir para a valorização do nosso território. Mais referiu que esteve sempre presente nos programas e planos de atividades do executivo e sempre tentou fazer algo nessa matéria e, felizmente, houve aqui uma conjugação de esforços para que as coisas assim acontecessem. Referiu ainda que estamos agora numa fase muito mais adiantada do que estávamos há dois ou três meses atrás e agradece o esforço a todos os que têm colaborado neste projeto, nomeadamente os Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia que têm sido incansáveis na forma como têm ajudado a por no terreno aquilo que tem de ser colocado. Em relação aos alojamentos locais, informou que passam das duas dezenas, estando muito perto das 300 camas, mas, infelizmente, numa sessão realizada no passado sábado, dedicada aos empresários do setor do alojamento, restauração, ligados à área do turismo, somente cinco empresários estiveram presentes na referida sessão. Em relação às empresas, na questão da energia, referiu que este é um tema que é muitas vezes objeto de conversa e é o tal fator que é diferenciador que às vezes

poderia ser utilizado para puxar mais por estes territórios mas que nem sempre conseguimos, mas fica este registo e o empenho da Câmara nesta matéria.

---O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção pela questão do problema com a limpeza do estradão referindo que não era fácil para o operador da máquina fazer mais do que o que fez no sentido de evitar o acidente. Mais informou que a pedra em causa era completamente esférica, a encosta tem um declive muito acentuado naquele local e, apesar do trabalho estar a ser realizado a alguma distância, a pedra estava soterrada, tendo apenas uma pequena parte de fora e ao ser mexida pela máquina, como era esférica, rolou pela encosta e ficou dentro dos carris e como a mesma era cerca de um palmo mais alta que o carril e ao passar uma automotora, bateu na pedra, descarrilou e ficou cerca de meio metro fora do carril. Mais informou que o problema não foram os danos no equipamento mas, como descarrilou houve necessidade de vir equipamento para voltar a colocar a automotora nos carris, alguns comboios tiveram de ser cancelados e tudo isso causou um natural transtorno no uso da linha que esteve inoperacional várias horas e isso terá, com certeza, prejuízos pois tiveram de ser assegurados transportes alternativos para os utentes dos comboios que foram cancelados.

Relativamente aos arruamentos de Carvoeiro referiu que o pavimento já foi levantado mas aquele local é muito difícil de trabalhar pois é mesmo muito inclinado. Mais referiu que a calçada anterior era de pedra portuguesa e agora foi feita com granito, foi feita cruzada no sentido de evitar o mais possível as alterações mas o que aconteceu foi que houve necessidade de homogeneizar e há sítios onde houve algum enchimento e como aquela rua foi pavimentada no início do inverno, a seguir vieram chuvas fortes e causaram alguns danos. Informou ainda que, no fim da intervenção, foram levantados os sítios que apresentavam problemas e voltou-se a carregar os mesmos com pó de pedra mas é um arruamento que vai ter de ser constantemente monitorizado para reparar novos danos que venham a surgir, pois dado o declive que tem, nunca é fácil manter a 100% e talvez com o tempo se consiga consolidar aquele pavimento.

Relativamente ao projeto piloto referiu que está preocupado, sem nada ainda de concreto a apontar. Informou que já se realizaram sete reuniões do grupo de trabalho e na última reunião entraram para a “carruagem” os municípios de Proença-a-Nova e Oleiros. Mais referiu que não se pode falar de diminuição per capita de rubricas pois uma das críticas que o município de Mação tem vindo a fazer é que era importante para nós termos a noção de que tipo de projeto vamos efetivamente implementar, como é que

vamos falar com as populações e termos a noção de algum tipo de orçamento. Mais referiu que os valores foram sendo apontados desde o início mas nunca de uma forma muito clara e aquilo que nos foi solicitado foi uma proposta de intervenção que o município de Mação fez e ficamos a aguardar. Informou ainda que na proposta apresentada não foi apresentado nenhum orçamento fechado e, mais do que um orçamento, foi apresentado um conjunto de custos, no sentido de se ter noção do tipo de custos por unidade de intervenção e se o orçamento for pequeno ter-se-á de cortar intervenções, o que importa é saber quando é necessário para cada hectare de cada tipo de intervenção e sempre nos disponibilizámos para adaptar a operação ao orçamento existente mas nunca nos foi dito com clareza o orçamento existente e isso dificulta a nossa ação. Considera que o facto de se ter alargado o projeto aos municípios de Proença-a-Nova e Oleiros demonstra que há aqui qualquer coisa de positivo a que as pessoas se querem juntar. Mais informou que, na realidade, o que está um pouco a acontecer é que, aquilo que foi aplicado para Mação já está a ser aplicado noutros territórios, que é, na prática um programa de intervenção territorial, com intervenções de transformação da paisagem e com intervenções de larga escala. Referiu que o que nos preocupa é que Mação não é um caso como os outros, Mação não é um território com problemas, pois problemas têm muitos territórios do país, nós estamos numa situação de problemas muito graves, em que a gravidade dos incêndios atingiu o seu expoente máximo e ainda por cima num território onde tinha sido feito tudo para o evitar e era por isso um caso singular e aquilo que estamos a ver é que estamos a ir um pouco na carruagem com muita gente atrás de nós e isso preocupa-nos porque uma coisa é ter um projeto piloto e outra coisa é termos um programa de ação que está a aplicar-se a vários territórios do país. Mais referiu que aquilo que está um pouco em marcha é que, aquilo que começou por ser só nosso, na realidade agora já há uma série de territórios onde se pensa vir a aplicar a mesma linha de ação e Mação tem alertado que era melhor ser um projeto piloto onde se aplicasse as coisas no terreno, de visse as dificuldades, se aprendesse com o processo e depois estender a outros territórios e aquilo que tem procurado alertar é que estamos a correr um risco de que aconteça o que aconteceu com as zif's, que se estenderam a todo o território mas que não funcionam pois não lhes foi dado as mínimas condições financeiras para poderem funcionar. Referiu ainda que, nas sete reuniões todos foram unânimes em afirmar que isto tem de mudar, que tem de se fazer de uma forma diferente, que não adianta continuar com as formas do passado pois vamos ter sempre ao mesmo sítio e que as linhas de ação que Mação defendia

desde o início eram as corretas. Refere que o que o tranquiliza é que todos continuam a dizer que tem de se tomar um caminho diferente ou volta tudo ao mesmo e também porque todas as linhas de ação são completamente coincidentes com aquilo que Mação sempre defendeu, ou seja, projetos de áreas significativas, mudança do planeamento da paisagem, redução da área florestal para valores mais baixos, criando descontinuidade e sistemas de gestão conjunta que permitam substituir os proprietários ausentes. Considera que as coisas chegarão a bom termo, solicitou uma reunião com o Sr. Secretário de Estado no sentido de clarificarmos este *modus operandi* e o que será preciso fazer para sairmos um pouco deste impasse e está convencido que as coisas vão andar. Termina referindo que se mantém um alinhamento total em termos de princípios, todos os intervenientes parecem estar imbuídos num espírito forte de mudança, no entanto, para nós era benéfico que, neste momento, fosse clarificado qual o orçamento disponível para estarmos um pouco mais tranquilos sobre o rumo a seguir e pensa que isto se irá clarificar nos próximos tempos e vai ser ultrapassada esta fase.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à questão dos depósitos do gás, o que aconteceu foi que a Câmara lança concursos para o fornecimento de gás e, até agora era a REPSOL que a empresa que fornecia o gás e, na sequência dos contratos que estavam em vigor, os depósitos eram propriedade dessa empresa. Mais informou que, no último concurso quem venceu o mesmo foi a GALP e os técnicos da mesma entenderam que os novos depósitos do gás deveriam ser enterrados por questões de segurança e, aproveitando a situação da pandemia e os equipamentos estarem fechados, e procedeu-se à colocação dos depósitos enterrados e, junto ao pavilhão e no campo de futebol a operação está praticamente terminada.

Relativamente à questão sobre a praia fluvial de Carvoeiro, informou que a tempestade Elsa provocou muitos danos na referida praia que ficou a necessitar de intervenção para poder estar em condições na época balnear. Mais informou que a situação da pandemia também dificultou a intervenção pois não havia mesmo certeza se as empresas poderiam operar. Informou ainda que a obra previa a reposição das partes que tinham caído com a tempestade e, para isso foi despejada a praia, foi limpa e ao proceder a esta limpeza outros pedaços das paredes também caíram e foi necessário fazer uma segunda fase da obra. Mais referiu que, durante o período em que a obra decorreu mais algumas situações surgiram que não estavam previstas porque só poderiam ser verificadas durante o esvaziamento da barragem e da sua limpeza. Relativamente aos

extensores, informou que os mesmos já são usados na praia fluvial de carvoeiro há vários anos pois quando é feita a limpeza da praia tem sido aconselhado e tem sido prática o uso de extensores pois o peso que a terra está a exercer sobre aquelas paredes está a ser compensada pelo peso da água e para fazer a limpeza do fundo é necessário retirar a água e as forças ficam desequilibradas. Informou ainda que, este ano ao fazer-se o relvado novo mexeu-se nas terras e as mesmas têm de compactar pois o relvado necessita de bastante água e essa compactação das terras e o peso da água faz com que exista muito mais pressão sobre aquelas paliçadas e, se isso for no momento em que a barragem esteja vazia, a paliçada podia não aguentar e por isso foram colocados os extensores enquanto a terra não compacta um pouco e a relva não esteja mais estabilizada e, naturalmente são para retirar brevemente.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para, uma vez que a Assembleia extraordinária não se realizou e na sequência da intervenção do Sr. Vereador António Louro compreendeu que existe um projeto daquilo que se pretende fazer na área do projeto piloto, requer, via Mesa, uma cópia do projeto para os eleitos do PS poderem observar e perceberem em concreto do que estamos a falar.

--- O vogal Duarte Marques intervém para referir que, relativamente ao problema causado na linha do comboio, quando foi eletrificada a linha da Beira Baixa, um dos grandes anúncios que se fez foi que a mesma passava a ter um sistema de deteção de infravermelhos para deteção de pequenos e grandes problemas na linha, ou seja, que basta cair uma pedra ou um gato morra na linha, que o centro de comando consegue verificar isso, por isso considera inexplicável como é que há um descarrilamento quando cai uma pedra grande na linha. Considera que, ou a linha não está com o sistema de infravermelhos a funcionar como foi anunciado que estaria ou então o mesmo não cobre toda a extensão da linha pois é surpreendente que uma pedra caia e faça descarrilar um comboio e a CP não tenha acesso a isso.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas

para pagamento e de um documento da DGAL sobre as despesas utilizadas no combate à pandemia covid 19.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente informou que, relativamente ao concurso 7 Maravilhas da Cultura Popular, cada distrito terá uma final distrital e a Câmara de Mação foi contactada pela RTP e respondeu positivamente, para a final distrital de Santarém ser realizada no concelho de Mação, portanto dia 15 de julho será transmitido um programa direto do concelho de Mação entre as 10 horas e as 13 horas e entre as 15 horas e as 19 horas, que serão seis horas em direto do nosso concelho, da praia fluvial de Ortiga. Considera que será uma jornada de promoção do nosso concelho extraordinariamente importante que, obviamente tem encargos para a Câmara e que se prendem essencialmente com dormidas e com refeições. Mais informou que, dada a situação de pandemia que vivemos foi estabelecido um plano de contingência por parte da RTP que teve parecer positivo da Sr^a Delegada de Saúde e também não haverá público a assistir ao programa e a praia terá de estar fechada ao público.

Continuou a sua intervenção informando a abertura da época balnear e que as piscinas descobertas abriram hoje, respeitando também o plano de contingência que foi elaborado e tentando respeitar tudo aquilo que são as normas que estão pré estabelecidas e nesse sentido foi feito um trabalho nos últimos meses para que tudo possa correr conforme é desejo da Câmara e de todas as entidades. Mais informou que, no dia 6 de julho será realizada a vistoria na praia fluvial de Carvoeiro para que possa ser hasteada a Bandeira Azul naquela praia. Deixa um apelo à compreensão de todos para que se perceba a época especial que estamos a viver, no sentido das dificuldades que podem vir a surgir, das limitações em termos da capacidade das praias fluviais para receber pessoas, Cardigos, no sábado à hora do almoço já tinha a lotação esgotada e Carvoeiro no domingo à tarde estava também com a lotação esgotada, o que nos dá a perceber que vamos ter um ano que nos irá obrigar a uma maior atenção relativamente a este assunto.

Continuou informando que a Câmara irá submeter para um financiamento ao IFRRU, que é um instrumento financeiro de reabilitação urbana que tem fundos comunitários, de forma a fazer face às despesas não comparticipadas da obra do Cine Teatro. Informou ainda que a Câmara não tem necessidade de recorrer a este fundo mas para a candidatura ser aprovada há essa necessidade uma vez que este é dinheiro que poupamos no PARU e do dinheiro que lá está disponível para o município de Mação só comparticipa com 42% da obra e a regra de comparticipação tem de ser pelo menos

50% e a alternativa é recorrer a este fundo de forma a haver um apoio comunitário superior a 50%.

Continuou a sua intervenção informando que as obras de requalificação do antigo quartel dos Bombeiros para o CAO estão a correr com normalidade apesar dos tempos conturbados que vivemos, não haverá uma grande derrapagem na obra e por isso prevemos que, em setembro a mesma poderá estar concluída.

Relativamente às despesas que a Câmara já fez no âmbito da covid 19, as mesmas já ultrapassaram os 300.000,00€, a DGAL está a solicitar informação sistematizada a cada mês e o que a Câmara tem a pagar na CIMT ascende aos 24.000,00€, mas este é um processo contínuo que ainda não está terminado mas entre aquilo que a Câmara deixou de receber e aquilo que pagou, temos este valor, havendo ainda empresários a recorrer à prerrogativa de usufruírem da devolução de 50% do IMI e do valor do arrendamento. Ainda relativamente a este assunto informou que, não há, até esta data qualquer informação de que o Governo possa vir a apoiar estas despesas mas também nada há em contrário, havendo um conjunto de negociações que estão a decorrer. Informou ainda que a Câmara já testou para o covid 19 os funcionários que têm contacto com o público, já adquiriu mais testes e em breve irá testar o resto dos funcionários da autarquia e deixa à disposição dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia a possibilidade de testar também os funcionários das Juntas, se assim o entenderem.

Continuou a sua intervenção informando que, relativamente à Feira Mostra, alguém fez uma queixa relativamente a si próprio e à Câmara Municipal de Mação, para o programa Polígrafo SIC, por a Câmara ter assinado contrato com uma empresa de Tomar já após ter sido decretado o Estado de Calamidade, em relação aos contratos para os artistas para a Feira Mostra e, quanto a este assunto refere estar muito tranquilo, prestou os esclarecimentos necessários. Mais informou que o que aconteceu foi que a Câmara iniciou estes procedimentos em dezembro/janeiro, foram lançados os concursos, correram os procedimentos e prazos normais e foi assinado o contrato com os Xutos e Pontapés em fevereiro e, com esta empresa, apesar de termos adjudicado em princípios de fevereiro, o contrato só foi assinado, por questões burocráticas, no dia 20 de março, e tendo em conta a situação a Câmara falou com ambos que mostraram a maior abertura para se resolver o assunto como fosse necessário e, entretanto, o Governo sugeriu e verteu essa sugestão em lei (Lei nº 7/2020), com a obrigatoriedade de que os contratos que tinham sido iniciados serem cumpridos com a prerrogativa de serem pagos 50% do valor contratualizado e de, no próximo ano, em datas homólogas virem fazer os

espetáculos conforme o que tinha sido contratualizado e o que a Câmara fez foi entrar em contacto com a empresa e com os artistas, no sentido de poder ser garantido, para o próximo ano a realização dos espetáculos e pagar os 50% do valor dos contratos ainda este ano e as duas situações foram aceites pelas empresas.

Em relação à Rota das Pesqueiras em Ortiga, informou que a Câmara espera que, durante o mês de julho se possa iniciar esta obra que considera que vai ser importante para a Ortiga e para o concelho de Mação, e espera que a mesma possa ser uma realidade no outono.

Relativamente ao Núcleo Museológico de Ortiga, tudo está praticamente pronto e espera que o mesmo possa ser inaugurado em setembro. Informou ainda que foi iniciado o trabalho de abertura de um arruamento em Cardigos, junto ao Centro de Dia e, também em Cardigos, a obra da Casa do Cidadão está a decorrer a bom ritmo e espera que esteja concluída no final do ano ou princípio do próximo. Mais informou que vai ser lançado um concurso público para requalificação de alguns arruamentos da freguesia de Amêndoa, nomeadamente em Amêndoa, Cimo do Vale, Monte Fundeiro, Cabo e parte da estrada 241-1.

Termina referindo que este era o fim-de-semana da Feira Mostra e infelizmente este ano não é possível termos a Feira, mas na sexta-feira vamos ter um drive-in com o filme “Variações”, uma iniciativa do CLDS que solicitou a parceria da Câmara e a mesma respondeu positivamente e, para além disto a Câmara irá também marcar, de forma muito simbólica, esta data, pois era a altura em que reuníamos a nossa comunidade e infelizmente assim não poderá ser mas e o seu desejo é que, para o ano, possamos voltar a ter a nossa Feira Mostra com a normalidade habitual.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que foi dirigido à Câmara um pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga para uma obra que já há muitos anos é solicitada e é reclamada em Ortiga e que tem a ver com a requalificação dos sanitários públicos, também a fonte que está naquele local, algo há muito reclamado e na qual a Câmara esteve, em tempos também muito empenhada. Assim, por uma questão de coerência com o passado e honradez da palavra dada e no âmbito daquilo que tem sido prática habitual de apoio às Juntas de Freguesia, a Câmara aprovou e propõe um apoio no valor de 9.300,00€ (nove mil e trezentos euros).

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção referindo que, relativamente às casas de banho de Ortiga, entende que as mesmas são uma mais valia para a povoação, até porque Ortiga necessita de umas casas de banho dignas e, realmente esta construção é digna mas cumpre-lhe, até como técnica, informar que este processo deve ser revisto pelo arquiteto da Câmara, de modo a cumprir aquilo que é a lei das acessibilidades. Considera que a obra deve ser realizada pois é necessária mas com, eventualmente alguma alteração, para cumprir aquilo que são as regras de acessibilidade a instalações sanitárias.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que, em coerência com aquilo que tem afirmado noutras ocasiões sobre assuntos semelhantes, considera que o projeto deveria conter também um mapa de quantidades de trabalho e orçamento que acompanhasse a instrução do processo, não pondo em causa a aprovação do valor que a Câmara propõe atribuir. E, neste sentido, refere que o valor é cerca de 50% do total e questiona se este é um valor que a Câmara costuma atribuir ou se está algo escrito sobre isto.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que mais uma vez, nesta proposta, a Câmara, como tem dito de uma forma recorrente, não olha à paternidade destas obras, não olha à parte política e sempre que esteja em causa o interesse público, está sempre presente a associar-se, neste caso, à Junta de Freguesia de Ortiga, para que a qualidade de vida das populações melhore.

--- O vogal João Filipe inicia a sua intervenção referindo que considera que este projeto deve ser executado, há muitos anos que se ia falando nisto, as questões de índole técnica devem ser tratadas. Mais refere que no fundo, este projeto é dar alguma dignidade e repor aquilo que, na sua opinião, foi um erro e um acto de imensa insensibilidade cultural, quer material, quer imaterial, quando foram construídas as casas de banho naquele local porque mexeram e alteraram completamente um espaço histórico que tinha sido oferecido pelo Dr. João de Oliveira Casquilho, um homem que, efetivamente, nasceu em Ortiga mas fez praticamente toda a sua vida fora da Ortiga mas nunca esqueceu as suas raízes. Mais refere que, para quem não sabe, o Dr. João de Oliveira Casquilho foi um homem que foi o fundador da fábrica de papel da Matrena, foi um dos maiores, senão o maior apoiante, financiador e promotor das obras da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, ao ponto de que, o busto que está na praça em Ortiga, (e está naquela praça porque foi mudado desta fonte para a praça e foi para aquele local pois foi numa casa que existia naquela praça que nasceu o Dr. João de Oliveira

Casquilho e as pessoas tiveram essa sensibilidade de o colocar lá), é idêntico ao que está no cimo da grande escadaria da Santa Casa da Misericórdia de Tomar.

Continua a sua intervenção referindo que a bancada do Partido Socialista vai aprovar o apoio a esta construção, considerando, naturalmente, a questão de índole técnica, pois considera que é repor uma verdade histórica no centro de Ortiga.

--- O Sr. Presidente intervém para referir que, relativamente à questão colocada pela vogal Carla Loureiro, efetivamente a questão não foi avaliada pela Câmara, o projeto é da Junta de Freguesia de Ortiga, mas em todo o caso, falará com o Sr. Presidente da Junta para se ver essa situação junto do autor do projeto pois é uma situação que não depende da Câmara. Relativamente à questão do vogal António Cardoso Lopes, refere que, efetivamente, o documento relativo às medições e orçamento não está no processo, como não está o de Cardigos. Relativamente à questão dos 50%, refere que tem sido uma regra mais ou menos básica que a Câmara tem tido mas nem sempre é seguida pois há alguns critérios que são tidos em conta, nomeadamente a recorrência dos pedidos das Juntas de Freguesia e também a análise de cada um dos casos. Em relação à intervenção do vogal José António Almeida, refere que o que foi dito é um facto que pode ser comprovado pelas actas e pelas deliberações.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) **Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Cardigos (Cemitério).**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que a Junta de Freguesia de Cardigos vai realizar uma obra no cemitério de Cardigos, obra essa que terá um custo de 38.000,00€ e a proposta da Câmara é de conceder um apoio no montante de 20.000,00€ (vinte mil euros) direto, e um valor até 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) em trabalho de maquinaria e fornecimento de pedra, ajudando assim a resolver o problema grave que hoje existe em Cardigos, onde não há campas disponíveis para que as pessoas possam ser sepultadas.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que, relativamente a este processo se passa o mesmo que referiu no ponto anterior, considerando que o mesmo não está devidamente instruído pois não tem plantas, não tem memória descritiva, não tem orçamento. Considera que devia ser uma prática nestes pedidos de

apoio, os processos serem devidamente instruídos com peças desenhadas e as respetivas medições e orçamentos, sem estar em causa também, a aprovação do pedido.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que, sobre o apoio ao cemitério de Cardigos, afirma que não tem nada a opor e vai votar favoravelmente, pois seria impensável que assim não fosse. Mais refere que, no passado, foi trazida a esta Assembleia uma proposta idêntica para apoio a ampliação do cemitério de Penhascoso, da União de Freguesias de que é Presidente, e também teve apoio desta Câmara, embora, como todos sabem, os critérios utilizados não tenham sido os mesmos e conseqüentemente o apoio também não.

Continua referindo que o processo, conforme está instruído e como chegou aos membros da Assembleia, para poderem avaliar e decidir, está incompleto pois não veio com informação dos custos, informação essa dada pelo Sr. Presidente na sua intervenção. Refere ainda que quando viu o montante do apoio proposto, pensou que esta fosse uma obra na casa dos 200.000,00€, mas afinal é uma obra cujo montante será de cerca de 38.000,00€ e a Câmara propõe um apoio de mais de 50% o que considera ser um tratamento desigual entre este cemitério e o de Penhascoso. Refere ainda que já sabia que os vivos são tratados de modo desigual, mas entre os mortos, pensou que 1m por 0,65m era suficiente para todos, mas agora aqui, até os mortos estão a ser tratados de formas diferentes. Termina afirmando que vota favoravelmente a proposta de apoio apresentada com a ressalva e reserva que apresentou sobre os critérios e solicita explicação sobre os mesmos.

--- O Sr. Presidente intervém para referir que, relativamente à questão do cemitério, a Câmara não tem o direito de questionar os documentos que lhe chegam das Juntas de Freguesia, admite que os processos poderiam e deveriam vir melhor instruídos, com os documentos referidos pelo vogal António Cardoso Lopes mas, em termos gerais não tem sido assim que as coisas têm vindo mas admite que alguns assuntos, vindos de determinados lados sejam vistos com outra atenção, por razões que todos percebemos. Em relação à intervenção do vogal José Fernando Martins, e sobre as insinuações levantadas, refere que já só falta um ano para o final deste mandato e não vale a pena estarmos recorrentemente a bater nos mesmos assuntos e não vale a pena fazer essa cubagem de que a Câmara trata uns melhor do que outros porque isso depois é desmontado pela realidade. Mais refere que não há maior injustiça do que tratar igual aquilo que é diferente e, objetivamente, a União de Freguesias teve, legitimamente, uma

postura diferente em relação à Câmara em termos daquilo que é chamado a limpeza dos arruamentos que as outras Juntas de Freguesia todas não tiveram. Mais refere que a União de Freguesias apresentou uma proposta para a limpeza dos arruamentos de 40.000,00€ que gastava por ano nesse serviço e aquilo que disse foi que, se fosse juntando esse dinheiro, provavelmente não precisaria de tanta ajuda da Câmara como precisariam outros e, portanto, a Câmara não pode tratar por igual aqueles que a tratam de uma determinada maneira e os outros que tratam de maneira diferente e, por outro lado, existem as actas e deliberações de Câmara para comprovar a forma como a Câmara trata genericamente as Juntas de Freguesia do Partido Socialista, conforme ainda hoje foi aqui devidamente referido. Mais informou que estamos, Câmara e União de Freguesias, neste momento, em processo de uma obra conjunta, em Rosmaninhal, onde a União de Freguesias adquiriu um terreno e apresentou uma proposta à Câmara, que a mesma vai cumprir, com um investimento de cerca de 20.000,00€, estando aqui, mais uma vez a prova de que, quando a Câmara entende e quando é possível, faz aquilo que tem a fazer. Mais refere que o apoio ao cemitério de Penhascoso foi menor do que este apoio proposto para o cemitério de Cardigos mas foram também dados ao cemitério de Penhascoso outros apoios anteriormente e relembra as colaborações que existiram no mandato anterior, onde havia uma relação institucional de colaboração da União de Freguesias para com a Câmara que não se verifica neste mandato.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para esclarecer que, ao focar esta questão da instrução dos processos, não está no seu espírito minimamente em causa, a seriedade de quem pede nem de quem dá, mas considera que faz sentido que estes processos sejam instruídos com todas as peças que tem referido para uma questão de memória futura, para inspeções, etc,.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Cardigos (Assalto Junta de Freguesia).**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, esta proposta de apoio se prende com uma situação peculiar, um assalto de que a Junta de Freguesia foi alvo e que descapitalizou a Junta, que tentou que os CTT fossem sensíveis a esta questão mas o mesmo não aconteceu e a Junta será obrigada a repor todo o dinheiro

que foi roubado. Mais referiu que, no fundo, as Juntas de Freguesia cumprem aqui um papel social, prestam um serviço público de enorme valor e depois vêm-se nestas contingências e infelizmente aconteceu este roubo, que foi o único caso no concelho de Mação e esperemos que mais ninguém passe pelo mesmo. Refere ainda que há aqui um pedido da Junta para que a Câmara possa, de alguma forma ajudar a ultrapassar este problema, dando metade do valor que a Junta vai ter de dar aos CTT.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que, relativamente ao apoio à Junta de Freguesia de Cardigos por causa do assalto de que foi vítima, considera que esta é uma questão complicada, que afeta a Junta, uma Junta pequena, que, nestes meios pequenos é que ajuda a população, quem faz aquilo que as empresas deviam fazer e com quem as empresas fazem os protocolos de forma a terem os lucros e as Juntas a fornecerem os serviços como se fosse seu dever substituir-se às empresas. Mas, relativamente a este pedido, refere que este processo está deveras incompleto porque não tem o auto de participação à GNR, não tem uma memória descritiva de como as coisas ocorreram e, portanto, a falta desta explicação toda leva-o a solicitar que este assunto possa ser tratado, possa ter a atenção que ele merece mas considera que esta Assembleia, para esta deliberação, precisa de mais de mais elementos para juntar a este processo pois, para si, este simples ofício é pouco. Deixa a sugestão que este assunto possa voltar a esta Assembleia, devidamente instruído, com toda a documentação necessária, nomeadamente as circunstâncias em que o assalto aconteceu e o auto de participação do mesmo à GNR e se, neste momento, já há algum resultado da investigação.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção referindo que não tinha conhecimento que tinha havido este assalto à Junta de Freguesia de Cardigos e ficou surpreendida com o valor roubado pois não fazia ideia que a Junta tivesse tanto dinheiro no local. Questiona se já foram encontrados os assaltantes.

Continua referindo que todas as explicações sobre este assunto têm de ser dadas pois, apesar de concordar que se deva ajudar, o mesmo não poderá ser feito com base no simples ofício da Junta de Freguesia, que foi disponibilizado e é necessária mais informação para ser possível votar este ponto.

--- O Sr. Presidente da Mesa questionou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos sobre esta temática.

--- O vogal Carlos Leitão e Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos referiu que pode reunir os elementos mencionados para provar o caso e, se este ponto tiver de ser

adiado refere que não há problema com isso, só fica triste com a posição do vogal José Fernando Martins, Presidente da União de Freguesias pois não esperava que o mesmo apresentasse estas dúvidas todas.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção referindo que não tem nada a ver com este assunto mas há aqui uma questão que lhe parece injusta e que, sobretudo, é uma questão de carácter. Continua referindo que aquilo que está a ser colocado em causa é a palavra de um Presidente de Junta, a palavra de uma Câmara e não acredita que a Câmara Municipal proponha este apoio à Assembleia Municipal sem ter verificado estes passos todos pois isto não é uma associação juvenil. Continua referindo que é preciso o auto da participação à polícia mas questiona se será que não houve participação, e se será preciso adiar até à próxima sessão da Assembleia Municipal um apoio destes, quando, ainda por cima tendo em conta que esta é uma Junta pequena e o dinheiro para pagar as reformas às pessoas ainda é um montante elevado e não é fácil de repor de um dia para o outro. Refere que lhe parece uma grande falta de sensibilidade, duma desconfiança e de uma arrogância que não reconhece a muitos a capacidade de o fazer. Considera que este ponto não merece ser adiado se a Câmara tiver conhecimento de todo o processo pois o montante em causa faz a diferença para uma Junta como a de Cardigos e além disso considera sem sentido a justificação para adiar, sobretudo pela insinuação de que a Câmara trata de maneira diferente as Juntas em função do partido pois isso é coisa que esta Câmara não faz, bem pelo contrário. Termina referindo que esta tentativa de bloquear o apoio a uma Junta de Freguesia nesta fase em que têm de fazer fase à pandemia, têm de fazer face a custos que não são das Juntas mas sim do Estado Central e, sobretudo, os investimentos que têm de fazer durante este verão para poderem receber as pessoas condignamente e em segurança, é muito injusto.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para referir que disse na sua intervenção anterior que iria votar favoravelmente a proposta de apoio e refere que não pôs em causa aquilo que aconteceu, o que pôs em causa foi a documentação que os membros da Assembleia têm para tomarem uma decisão porque a Câmara é um órgão que terá, seguramente, a sua documentação, mas a Assembleia é outro órgão e a quem compete decidir e, portanto, terá de estar munida das informações. Se competisse só à Câmara decidir, a mesma teria decidido com a documentação que tinha e não precisava de vir à Assembleia, mas o assunto veio e o que foi dito quando estes apoios à Juntas começaram a ser presentes na Assembleia, foi que era uma questão de transparência e

para que os mesmos ficassem registados e, por isso, é só isso que exige pois é chamado a decidir e quer ter a documentação necessária para o fazer. Refere que não é que esteja a desconfiar mas considera que, no futuro, para salvaguarda de todos, os documentos necessários devem estar junto ao processo. Termina que a sua intervenção foi só neste sentido, não tendo qualquer intenção de desconfiar e referindo que jamais lhe passaria pela cabeça estar contra uma Junta de Freguesia ou contra um Presidente de Junta mas considera que o processo deve ser instruído com aquilo que são as regras para salvaguarda de todos. Refere ainda que não se está a servir deste assunto como arma de arremesso contra ninguém nem se está a servir de Junta nenhuma contra nada, está apenas a exigir aquilo que considera que a Assembleia tem como direito que é ter essa documentação.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que considera ter havido algum mal entendido neste assunto pois quando se trata de dinheiros públicos existe um protocolo e o mesmo envolve todos os procedimentos necessários para casos como este (queixas às forças de segurança, etc) e não depende da vontade de quem está à frente do processo, sob pena do mesmo vir a ser responsabilizado civil e criminalmente. Considera que, se a decisão é votar favoravelmente, então vamos votar favoravelmente, o adiamento não faz qualquer sentido, vamos é recomendar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos que reúna todos os documentos dos trâmites que teve de fazer e os junte ao processo. Continua referindo que não se deve adiar esta decisão pois a Junta deve estar em dificuldades e não é, de certeza, de ânimo leve que fez este pedido, por isso não considera justo estar ainda a juntar mais atritos às dificuldades que já tem. Termina referindo que a bancada do Partido Social Democrata não está disponível para votar um adiamento mas sim para votar favoravelmente com a recomendação de serem agregados ao processo os documentos dos trâmites legais seguidos, não para os ver mas sim porque devem estar agregados ao processo.

--- O vogal João de Matos Filipe intervém para referir que, no fundo, tudo somado, estão todos de acordo. Refere que há algo que tem vindo a funcionar menos bem e por isso, há que, de futuro serem corrigidas as formas como temos vindo a atuar e no presente está de acordo com o que disse o vogal José António Almeida e considera que se deve votar com o compromisso de serem agregados ao processo, pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos, os documentos legais necessários ao processo.

--- A vogal Carla Loureiro refere que, aquilo que entende é que este é um ponto que a Câmara traz para a Assembleia votar, que tem um simples ofício da Junta a pedir um

apoio porque foi assaltada, dinheiro que era dos CTT e que estava ao encargo da funcionária da Junta de Freguesia. Mais refere que não tem conhecimento de quando foi o assalto, mas considera que quem faz uma queixa de um assalto, deve saber em que ponto está a situação e daí a sua pergunta sobre se sabiam quem foi e se já apanharam os ladrões porque não lhe interessa saber quem foi, mas, para votar uma coisa tem de ter a informação necessária para o fazer. Refere ainda que os documentos que fazem parte deste processo e que não vieram eram importantes para a Assembleia, para saberem o que estavam a votar e por isso deveriam ter sido disponibilizados. Refere ainda que há a questão do seguro e questiona se a Junta tinha seguro para aquele dinheiro. Deixa o alerta para o facto da instituição bancária ser perto da Junta e por esse motivo será melhor ir mais vezes levantar dinheiro e não ter tanto dinheiro na Junta de uma só vez para evitar prejuízos maiores nestes casos.

--- O vogal Carlos Leitão informou que, para este montante não justifica ter seguro pois o mesmo tem um valor altíssimo e poderia mesmo ficar mais caro que o valor roubado.

---Em seguida os eleitos do Partido Social Democrata solicitam 5 minutos de intervalo para conferenciar.

--- A sessão foi interrompida por 5 minutos.

--- Após o intervalo, o Sr. Presidente da Mesa reinicia os trabalhos, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos para que o mesmo dê informação sobre o assunto.

--- O vogal Carlos Leitão inicia a sua intervenção informando que a participação do roubo foi feita à GNR bem como à Polícia Judiciária. Mais referiu que irá juntar a documentação referente ao processo e enviar para conhecimento. Mais informou que, relativamente ao assalto, eram 8 horas, a funcionária da Junta estava para abrir os correios, estava um individuo vestido de preto que entrou no edifício logo a seguir à funcionária, apontou-lhe uma arma e recolheu o dinheiro que a funcionária tinha ido levantar ao banco, estimado para as necessidades desse dia mais o que estava no cofre, num total de cerca de 12.000,00€ e tudo isto aconteceu em cerca de 5 minutos.

Mais informou que tem tido informações por parte da Polícia Judiciária sobre o ponto de situação e investigação parece estar bem encaminhada mas aguarda mais informação. Relativamente ao dinheiro que a funcionária levantou, efetivamente a mesma poderia ter levantado menos mas habitualmente, e como tudo tinha corrido sempre bem, levantava o necessário para o dia e agora mudou a forma de agir e vai várias vezes por dia ao banco.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, com o compromisso dos documentos serem juntos ao processo, para consulta, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do vogal António Cardoso Lopes que em declaração de voto afirmou que a sua abstenção é em coerência com aquilo que disse, que estes processos devem ser instruídos com documentação, não querendo de modo nenhum dizer que não concorda com o apoio à Junta de Freguesia.

---O vogal José Fernando Martins referiu, como declaração de voto, que jamais faria sentido estar contra um Presidente de Junta ou contra uma freguesia, considera ter sido mal interpretado nesta sala, tendo recebido ataques injustos quando se limitou a solicitar os documentos para completar o processo, com a intenção de dar contributos para que esta Assembleia ficasse salvaguardada.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----